CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Operação policial mira produtora de 'Dark Horse' e contrato com Prefeitura de SP

Fonte original: Folha de S.Paulo. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Folha de S.Paulo (www1.folha.uol.com.br)
Autor	folha
Data de publicação	01/06/2026 06:25
URL original	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/06/produtora-de-dark-horse-filme-sobre-bolsonaro-e-alvo-da-policia-civil-em-sp.shtml
Relevância	Alta · Cultura e cinema · Reportagem
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Mário Frias, Jair Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro
Organizações	Instituto Conhecer Brasil (ICB), Complexsys, Polícia Federal, Prefeitura de São Paulo, Banco Master, Prefeitura de SP Polícia Civil, Secretaria Municipal de Inovação
Data da coleta	29/09/2026 10:04
Situação	No ar · última verificação 28/11/2026 14:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Outra operação considerada suspeita pela polícia envolveu a apresentação de notas fiscais que haviam sido canceladas pelas empresas emissoras, a Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e a JR Feijão, sediada no Ceará, que totalizaram R$ 2,4 milhões. (defesa/posicionamento)

• Embora tenha citado a empresa cearense no inquérito policial, a Polícia Civil requereu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.

• A Complexsys recebeu, entre setembro de 2024 e abril deste ano, R$ 154 mil do gabinete do deputado, decorrentes de serviços de apoio à manutenção de escritório parlamentar, segundo a página de Transparência da Câmara dos Deputados.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Folha de S.Paulo

RESUMO

Autorizada pela Vara de Garantias do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), a operação decorre de investigação policial sobre um contrato de R$ 108 milhões entre o ICB (Instituto Conhecer Brasil), presidido por Karina Ferreira da Gama, e a gestão Ricardo Nunes (MDB) para o fornecimento de wi-fi gratuito a comunidades carentes. Disse também que a contratação pela prefeitura se deu de maneira regular, sem ligação com "Dark Horse".

A Polícia Civil de São Paulo realizou uma operação nesta segunda-feira (1º) em endereços ligados à produtora do filme "Dark Horse" e em uma secretaria da Prefeitura de São Paulo, como parte de um inquérito que apura se houve irregularidades e desvios de um contrato municipal e se os recursos foram para a equipe do longa-metragem que trata da vida do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Autorizada pela Vara de Garantias do TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo), a operação decorre de investigação policial sobre um contrato de R$ 108 milhões entre o ICB (Instituto Conhecer Brasil), presidido por Karina Ferreira da Gama, e a gestão Ricardo Nunes (MDB) para o fornecimento de wi-fi gratuito a comunidades carentes.

A polícia fez buscas na sede da Go UP Entertainment, produtora do "Dark Horse" que tem Karina como dona, em outro endereço dela, no ICB e na sede da Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia. A operação mirou ainda outras quatro firmas relacionadas à prestação do serviço.

A prefeitura afirmou que "colabora com investigações em andamento e segue à disposição das autoridades, tendo já prestado informações", e Nunes falou haver perseguição política. A Polícia Civil é ligada à gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), que aliado do prefeito e da família Bolsonaro.

A reportagem não localizou Karina. Nos últimos dias, ela não quis comentar as suspeitas, mas, anteriormente, negou que o filme sobre Bolsonaro tenha recebido dinheiro de pessoas ou empresas brasileiras, seja verba pública ou privada. Disse também que a contratação pela prefeitura se deu de maneira regular, sem ligação com "Dark Horse".

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

A Polícia Civil abriu a apuração a partir de requerimento do Ministério Público, originalmente para apurar indícios de irregularidade no contrato de wi-fi do instituto. A investigação trata dos crimes de frustração do caráter competitivo de procedimento licitatório, fraude na execução de contrato administrativo e emprego irregular de verbas ou rendas públicas, todos previstos no Código Penal.

Policiais estiveram na casa de Karina, na Vila Brasilândia (zona norte), no início da manhã, e no endereço que abriga a produtora e o instituto, na avenida Paulista. Na prefeitura, os alvos foram os gabinetes da pasta de Inovação e Tecnologia, na rua Líbero Badaró (centro).

Além de investigar se a entidade de Karina foi contratada irregularmente pela gestão Nunes, por um valor acima do praticado pelo mercado, a polícia apura a suspeita de pagamentos sem que os serviços fossem prestados.

Segundo a polícia, os elementos de inteligência financeira colhidos indicam uma potencial ocorrência de financiamento cruzado ilícito, com envio de recursos do instituto para a produtora, uma vez que há "consistentes suspeitas de confusão patrimonial [entre o instituto e a produtora] e de que os recursos públicos do programa 'WiFi Livre SP' tenham sido desviados para custear as atividades de produção do referido filme".

No contrato com a gestão Nunes, cada ponto de wi-fi viabilizado pelo instituto custou R$ 1.800. A Polícia Civil afirma que a Prodam, empresa pública municipal de tecnologia, presta serviços idênticos pelo custo de R$ 230 para implantação por ponto e R$ 306 para manutenção mensal.

Os mandados de busca e apreensão foram cumpridos em oito endereços. A operação tenta saber se o ICB usou faturas e notas fiscais frias para justificar despesas custeadas pela prefeitura.

Quatro dessas faturas, que totalizaram R$ 8,5 milhões, foram emitidas pela Make One Lab, empresa de tecnologia com 37 anos de atuação, instalada no Alto da Lapa (zona oeste).

De acordo com a decisão judicial que autorizou a operação, as faturas estavam "sem emissão das respectivas notas fiscais ou recolhimento tributário correspondente", além de terem "numeração sequencial, mesma data de emissão e vencimento" e "valores artificialmente fracionados, sugerindo possível montagem documental para justificar saídas ilícitas de recursos financeiros".

A Make One diz que as faturas ao ICB são legítimas e referentes à locação de equipamentos, com tributos recolhidos e se coloca à disposição das autoridades.

Outra operação considerada suspeita pela polícia envolveu a apresentação de notas fiscais que haviam sido canceladas pelas empresas emissoras, a Complexsys Soluções Integradas, na Vila Mariana, zona sul de São Paulo, e a JR Feijão, sediada no Ceará, que totalizaram R$ 2,4 milhões.

No caso da empresa paulistana, as notas foram canceladas no mesmo dia da emissão, mas foram usadas pelo ICB na prestação de contas do contrato com a prefeitura.

A reportagem tentou contato com as duas empresas, pelo telefone em seus cadastros na Receita Federal, sem sucesso. Embora tenha citado a empresa cearense no inquérito policial, a Polícia Civil requereu autorização de busca e apreensão apenas na Complexsys.

A expansão dos negócios de Karina ocorreu após ela conhecer o deputado federal Mario Frias (PL-SP), secretário da Cultura no governo Bolsonaro e que também assina a produção do filme "Dark Horse". O parlamentar não respondeu à Folha.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

A Complexsys recebeu, entre setembro de 2024 e abril deste ano, R$ 154 mil do gabinete do deputado, decorrentes de serviços de apoio à manutenção de escritório parlamentar, segundo a página de Transparência da Câmara dos Deputados.

O ICB não prestou diretamente o serviço de instalação de pontos de wi-fi previstos no contrato com a prefeitura. O trabalho da entidade foi intermediar a contratação de outras duas empresas, que atuavam no ramo de tecnologia e fizeram o serviço.

Ambas as empresas, a Urban Connect e a Ultra IP, no Jardim Paulista e em Guaianases, respectivamente, também tiveram a busca e apreensão autorizadas pela Justiça.

No caso da Urban, a reportagem não conseguiu contato com a empresa. O telefone disponível é o próprio canal de atendimento do serviço de internet da prefeitura. A Ultra IP foi procurada pelo canal de atendimento via WhatsApp e uma atendente informou que a empresa retornaria, o que também não ocorreu até a publicação deste texto.

Por meio de nota, a Polícia Civil afirmou que "o Instituto Conhecer Brasil é o principal alvo da apuração" e que as buscas foram por documentos e equipamentos eletrônicos "que possam contribuir para o avanço das investigações".

A polícia já havia requerido à Justiça acesso a dados financeiros de Karina e da produtora no âmbito das investigações.

Na nota divulgada nesta segunda-feira (1º), a gestão Nunes diz que "todo o material requisitado" já havia sido disponibilizado às autoridades e é de acesso público por meio da prestação de contas do município.

Afirma ainda que, dos 3.200 pontos de wi-fi contratados, apenas 52 estavam off-line nesta segunda e passavam por manutenção. Segundo a prefeitura, a contratação do Instituto Conhecer Brasil seguiu os princípios da legalidade, transparência e economicidade e, quando o chamamento público ocorreu, em 2024, "não havia sequer produção do filme mencionado".

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, pediu recursos para financiamento do "Dark Horse" a Daniel Vorcaro, do Banco Master.

O portal Intercept Brasil revelou que Vorcaro repassou R$ 61 milhões para o longa-metragem. A Polícia Federal investiga se parte do dinheiro foi usado para financiar gastos do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) nos Estados Unidos.

São Paulo - Estado

Fonte original: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/06/produtora-de-dark-horse-filme-sobre-bolsonaro-e-alvo-da-policia-civil-em-sp.shtml · Coletado em 29/09/2026 10:04 · Gerado em 29/11/2026 01:11

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.